



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 A 10ª Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no Espaço Verde da
2 FEPAM à Rua Carlos Chagas, 55, 11º andar, às 14,30 horas do dia 18 de dezembro de
3 2001. Compareceram os seguintes integrantes: Volney Zanardi Jr., Diretor do
4 Departamento de Recursos Hídricos da SEMA, como substituto do Presidente Claudio
5 Langone; Virginia Müzell, Secretária Executiva; Nilvo Alves da Silva, Diretor da FEPAM;
6 Flavio Piccinini, da Secretaria de Obras Públicas e Saneamento; Silvio Barbosa dos Reis,
7 da Secretaria de Coordenação e Planejamento; João Érico Goss, da Secretaria de
8 Desenvolvimento e Assuntos Internacionais; Roberto Coimbra, da Secretaria de Recursos
9 Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; Luiz Antônio Grassi, do Comitê Lago Guaíba;
10 João Francisco Giuliani, do Comitê Santa Maria; Sérgio Cardoso, do Comitê Gravataí;
11 Isaac Zilbermann, do Comitê Baixo Jacuí. A reunião teve início com a apreciação da Ata
12 da 9ª Reunião Ordinária, que sofreu cinco alterações. Imediatamente, passou-se à análise
13 da minuta da Resolução de Regulamentação das Etapas para a Formação dos Comitês de
14 Bacias Hidrográficas. Após uma revisão detalhada da proposta, a resolução foi aprovada
15 por unanimidade, na forma em anexo. A seguir, foi feita uma apresentação sobre o Fundo
16 Estadual de Recursos Hídricos pelo Secretário Executivo do FRH, Volney Zanardi Jr. Foi
17 dado um relato sobre a realização das metas de 2001, que envolveram a reativação do
18 CRH, o desenvolvimento dos planos de bacia, três dos quais já estão em fase de licitação
19 (Lago Guaíba, Tramandaí e Ibicuí), a agilização da formação dos comitês, hoje em
20 número de 14, com dois aguardando decreto e três federais em articulação com o MMA, o
21 mapeamento hidrogeológico do Estado, através de convênio com a CPRM e o projeto
22 piloto para desenvolvimento da metodologia para implementar a outorga pelo uso da água
23 na bacia do rio Santa Maria, através de convênio com a UFSM. Para o próximo ano,
24 propõe-se desenvolver os estudos sobre a Agência de Região Hidrográfica, o Plano
25 Estadual de Recursos Hídricos e a Tarifação. A estruturação da FEPAM e do DRH será
26 impulsionada pela realização dos concursos públicos, o primeiro já efetuado. O trabalho de
27 articulação com os programas de região hidrográfica também terá continuidade, assim
28 como com o Sistema Estadual de Meio Ambiente e por fim, a estruturação e definição de
29 critérios para a utilização de recursos do FRH, discutidos no CRH. A atuação da Câmara
30 Técnica do CRH, recentemente criada, será fundamental para que estas metas sejam
31 atingidas. Volney explica que o FRH, criado pela Lei nº 8850/89 e transferido para a
32 SEMA em dezembro de 2000, tem o objetivo de financiar a elaboração de planos,
33 programas e projetos e a execução de serviços e obras de interesse do Sistema Estadual de
34 Recursos Hídricos. Ele é composto por recursos oriundos do Tesouro do Estado (001), de
35 compensação financeira através da ANEEL (0295), que representa mais de 90% de
36 receitas operacionais (148) e de contrapartidas do Estado (005). Hoje tem sido destinado
37 para a manutenção dos comitês de Bacias Hidrográficas (11 convênios em andamento), a
38 elaboração dos Planos de Bacias e estudos relativos a barramentos na Metade Sul do
39 Estado. Apresenta atualmente um passivo potencial de R\$ 16,6 milhões, com o orçamento
40 de 2001 em R\$ 3.366.203,00 dos quais R\$ 2.636.720,00 foram liberados e estão sendo

41 empenhados. O conselheiro Giuliani questiona a economia no uso dos recursos, pois os
42 comitês passam por dificuldades pela falta de repasse e a previsão orçamentária não
43 significa limite para a utilização dos mesmos. O conselheiro Isaac assinala que o comitê
44 Baixo Jacuí ainda não tem convênio firmado. O conselheiro Piccinini coloca que o FRH
45 quando foi criado era dirigido para obras de irrigação, como tal foi usado historicamente e
46 na lei que o transfere para a SEMA isto foi mantido. Tendo em vista as dúvidas que a
47 SOPS tem em relação a esta questão, propõe que seja formado um grupo de trabalho para
48 definir a sua aplicação com clareza. O conselheiro Grassi lembra que o Fundo foi criado
49 para receber recursos federais, o que hoje não se verifica, sendo necessária uma
50 readequação legal. O Presidente da FEPAM identifica a confusão entre conceitos pelo fato
51 de ter sido o Fundo anterior ao Sistema de Recursos Hídricos. O conselheiro Giuliani
52 entende que as obras de barramento podem ser uma base para dar impulso ao sistema.
53 Volney propõe que esta questão seja colocada na próxima reunião da Câmara Técnica, no
54 início janeiro. O conselheiro Piccinini sugere que seja criado um grupo envolvendo a
55 SEMA, a SOPS, a Casa Civil e a Secretaria da Agricultura, face à extensa pauta de
56 trabalho da Câmara Técnica. Volney esclarece que os grupos de trabalho devem ser
57 criados a partir da remessa dos assuntos à Câmara Técnica. O conselheiro Grassi propõe
58 que os comitês também participem do grupo. Fica estabelecido que na próxima reunião do
59 CRH deverá ser apresentada uma posição da Câmara Técnica quanto aos
60 encaminhamentos da questão. O conselheiro Grassi comenta que só com articulação
61 política será possível uma liberação de recursos dentro de uma faixa adequada. O CRH
62 deve constituir-se como polo de poder político nas demandas junto ao gestor geral, a
63 Secretaria da Fazenda, e de discussão sobre o que seria importante se definir para que seja
64 estabelecido um parâmetro ótimo quanto ao montante dos recursos e à sua destinação.
65 Neste sentido, além do estudo na Câmara Técnica, é necessário se fazer uma avaliação
66 política para o CRH dar o aval e o peso político a este encaminhamento, integrado ao DRH
67 na definição destes valores. Volney informa que será necessário suplementar o orçamento
68 de 2002 para atender as metas relativas aos Planos de Bacia e manutenção dos Comitês
69 existentes. Em esclarecimento ao comentário do conselheiro Giuliani quanto à pouca
70 previsão de recursos no Orçamento em relação ao potencial do Fundo, o conselheiro
71 Piccinini explica que esta dinâmica segue o chamado princípio conservador, pelo qual é
72 feito um planejamento baseado no que foi gasto no ano anterior. O conselheiro Grassi
73 enfatiza que por este motivo é tão importante o peso político que o CRH venha conferir à
74 previsão do DRH. Volney coloca a necessidade da avaliação periódica, como controle do
75 CRH da execução orçamentária para monitorar as ações, criticar e reorientar. O
76 conselheiro Isaac identifica o descontingenciamento da verba pela Fazenda com a ação do
77 CRH através do poder executivo (secretários) para liberar os recursos. A reunião tem
78 seguimento com a transferência do ponto 3 – Resolução sobre as Eleições nos Comitês de
79 Bacias – para a próxima reunião. A Resolução para a Formação do Comitê das Bacias
80 Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo foi integralmente aprovada. No item Comunicações, o
81 conselheiro Grassi informa que o Comitê Lago Guaíba recebeu uma proposta do IBAMA
82 para criar uma reserva extrativista de pesca na bacia, e avaliou que a mesma só poderia ser
83 criada a partir dos estudos para o Plano de Bacia. O conselheiro Coimbra comenta que este
84 seria um assunto próprio para sair pelo comitê. O conselheiro Giuliani relata que na
85 reunião em Dom Pedrito no dia 13 de dezembro, o Secretário Langone informou que o
86 licenciamento dos projetos de barragens na bacia está em fase de conclusão, restando a
87 destinação de recursos para executá-los. Nada mais havendo a tratar e com o indicativo da
88 data de fevereiro para a próxima Reunião Ordinária, é encerrada a reunião da qual eu,
89 Virginia Müzell, Secretária Executiva do CRH, lavro esta ata.